Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

PODER

Proteção à criança reabre debate sobre regular redes

Com a repercussão da denúncia de adultização infantil, governo fará nova investida para responsabilizar plataformas digitais por conteúdos de usuários. Projeto deve ser enviado ao Congresso nos próximos dias, segundo o ministro da Casa Civil, Rui Costa

» VICTOR CORREIA

Reprodução/Redes sociais

O tema ganhou força após o influenciador Felca viralizar com vídeo em que alerta sobre riscos para crianças

O governo federal vê uma janela de oportunidade para regulamentar as redes sociais após denúncia sobre a "adultização" e sexualização de crianças provocar debate nacional. De acordo com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai enviar ao Congresso, "nos próximos dias", um projeto de lei a respeito do tema. O texto está pronto, sob tutela da pasta do ministro, e trata tanto da punição a crimes cometidos nas redes sociais quanto do estímulo à concorrência e combate a monopólios das big techs.

Vídeo do influenciador Felca provocou comoção ao denunciar a sexualização de crianças nas redes e colocou o assunto da regulação em pauta do mundo político. A movimentação do Executivo, inclusive, coincide com a promessa do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), de dar prioridade ao tema. Ele anunciou ontem a criação de um grupo de trabalho, com parlamentares e especialistas para elaborar um projeto de lei a ser apresentado em até 30 dias (leia reportagem abaixo).

Regulamentar as redes é promessa de campanha de Lula, mas se provou um tema espinhoso. A primeira tentativa, com o PL das Fake News, em 2023, fracassou após intervenção em peso das big techs. Agora, dois anos depois, o Executivo tem a melhor – e possivelmente a última – oportunidade para avançar no assunto antes das eleições do ano que vem.

"O governo brasileiro, o presidente Lula é favorável à regulamentação, à fiscalização dessas plataformas digitais, que ganham muito, muito dinheiro, às custas da saúde mental e da saúde física, às vezes, de crianças, adolescentes, mulheres que são exploradas e enganadas através de redes sociais e plataformas", disse Rui Costa, ontem, à Rádio Alvorada FM, da Bahia.

Existem duas linhas de ação do Executivo. Um projeto de lei construído pelo Ministério da Justiça, com outras oito pastas, foca na fiscalização e na responsabilização das empresas por conteúdos criminosos publicados nas redes, como abuso sexual infantil, incentivo a suicídio e discursos de ódio. O governo propõe que a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) faça esse controle.

Já o Ministério da Fazenda encabeça outra medida, para ampliar a concorrência entre as plataformas e diminuir monopólios. É inspirada em leis antitruste aprovadas pela União Europeia e pelo Reino Unido e prevê a ampliação dos poderes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para apurar e punir práticas abusivas. As propostas já foram discutidas com as próprias companhias. No fim de julho, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, recebeu representantes de Meta, Google, Apple, Amazon, Visa e Expedia, ouviu demandas e sinalizou abertura para negociar partes da regulamentação.

> **Estamos falando de algo muito perigoso. Mais do que nunca, é preciso regular, fiscalizar e punir, não apenas quem publica, mas também quem viabiliza a disseminação desses conteúdos"**
>
> ***Rui Costa, ministro da Casa Civil***

No momento, porém, o foco é combater conteúdos ilegais e proteger crianças e adolescentes. Rui Costa reforçou que há decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de junho, que dispensa ordem judicial para que as companhias sejam responsabilizadas por postagens criminosas, caso não as apaguem. Apontou ainda que veículos da imprensa já são sujeitos a essa punição. "O mesmo vale para uma plataforma digital, que não pode estimular o crime, ganhar dinheiro facilitando o crime contra pessoas vulneráveis, como crianças, idosos, adolescentes. Seja crime bancário, seja crime de pedofilia. A legislação precisa ser aperfeiçoada para restringir atividade criminosa", argumentou o chefe da Casa Civil.

Entenda o caso

Debate nacional sobre adultização e sexualização de crianças e adolescentes

Como o tema ganhou repercussão?

» O influenciador Felipe Bressanim Pereira, conhecido como Felca, que já se posicionou contra apostas on-line, mais recentemente, gravou um vídeo denunciando perfis que exploram a imagem de crianças na internet. O vídeo ultrapassou os 31 milhões de visualizações em seu canal no YouTube. Ele revelou que, após a postagem, passou a receber ameaças e está andando com carro blindado e seguranças.

» Em 50 minutos, o youtuber fez um compilado de denúncias sobre influenciadores que abusam da imagem de crianças, mostrou na prática como o algoritmo funciona para entregar esse tipo de conteúdo para pedófilos e entrevistou uma psicóloga especializada para falar sobre o perigo da exposição nas redes sociais para as crianças e adolescentes.

» No domingo, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), agradeceu ao youtuber e disse que vai pautar propostas sobre o tema. "Conte com a Câmara para avançar na defesa das crianças", escreveu nas redes sociais.

O que ocorreu após o vídeo de Felca viralizar?

» Até esta terça-feira, 32 projetos tinham sido protocolados na Câmara sobre adultização e penalização da pornografia. Um deles sugere abertamente a criação de uma Lei Felca. Além disso, o governo federal anunciou que mandará ao Congresso um projeto de lei para regulamentação das redes sociais.

Direita e esquerda

» De acordo com um monitoramento realizado pela consultoria Palver, o vídeo viral de Felca alcançou grupos de todos os espectros no WhatsApp, com 39% das menções em grupos alinhados à direita, 11% à esquerda e 50% sem alinhamento político, o que indicaria a mobilização de um público mais amplo e menos engajado em polarização política.

» Segundo a empresa, entre as comunidades de direita, o vídeo foi usado para defender valores morais e o combate à sexualização infantil. Na esquerda, foi associado a pautas de proteção de direitos, regulação digital e responsabilização de influenciadores.

Na Câmara, grupo de trabalho e 32 projetos de lei

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Hugo Motta: "Proteger a infância não é um favor, é um dever"

Após reunião de líderes, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou que, ainda nesta semana, será criado um grupo de trabalho com parlamentares e especialistas para elaborar um projeto de lei contra a adultização e a sexualização de crianças e adolescentes nas redes sociais, denúncia feita pelo influenciador Felca e provocou debate no país. O texto deve ser apresentado em até 30 dias.

Motta também informou a criação de uma comissão para debater o tema. O encontro está marcado para a próxima quarta-feira, no plenário Ulysses Guimarães, e será aberto a parlamentares e sociedade civil.

"Assisti a um vídeo que me deixou sem palavras. Um vídeo que expôs de forma crua e dolorosa uma ferida aberta no Brasil: a adultização das nossas crianças. Ao ver aquelas imagens, a primeira reação foi humana, de um pai que se pergunta: que mundo estamos deixando para os nossos filhos?", enfatizou Motta. "Proteger a infância não é um favor: é um dever. É um dever que antecede partidos, ideologias, disputas. É um dever que antecede a própria política." Ele ressaltou a urgência de um posicionamento do Congresso ante o problema.

Oposição

Líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ) considerou positiva a exclusão de pautas polêmicas como a anistia aos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro e o fim do foro privilegiado. "Foi um avanço. Precisamos concentrar forças no que é mais urgente, e hoje o mais urgente é a segurança e a dignidade das nossas crianças", ressaltou.

Nos bastidores da Câmara, porém, a decisão é vista como uma tentativa de ganhar tempo e reduzir o clima de confronto que marcou a última semana, com a ocupação do plenário da Casa por parlamentares que defendem a anistia aos golpistas e o impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O vice-líder do PL, Domingos Sávio (MG), enfatizou, no entanto, que o combate aos crimes virtuais deve ser feito sem abrir mão da "liberdade de expressão, garantida pela Constituição". "Não podemos admitir que, sob o pretexto de punir crimes, acabemos cometendo outro contra a Constituição".

Desde a repercussão do vídeo de Felca, na quarta-feira passada, 32 projetos de lei foram protocolados na Câmara para prevenir e punir práticas de adultização, exposição indevida e exploração sexual de crianças e adolescentes na internet.

Entre os destaques estão o PL 3852/25, de Marx Beltrão (PP-AL), que institui a "Lei Felca", e o PL 3845/25, de Sergio Souza (MDB-PR), que cria regras para verificação de idade e controle parental nas redes sociais. Há também propostas como o PL 3894/25, de Daniela do Waguinho (União-RJ), que institui o "Botão de Alerta Infantil" para denúncia e retirada imediata de conteúdos abusivos.

Em dezembro, o Senado aprovou o PL 2628/22, de autoria do senador Alessandro Vieira (MDB-SE), que prevê mecanismos como controle parental, verificação de idade e multas para plataformas que não removerem conteúdo abusivo. O texto pode ser votado em regime de urgência na Câmara, evitando passar por comissões.

» Pedidos de CPI

No Legislativo, há ainda pedidos de comissão de inquérito para apurar a adultização e sexualização de crianças e adolescentes nas redes sociais. Na Câmara, já são pelo menos três requerimentos protocolados por deputado; no Senado, o esforço é concentrado: um requerimento de autoria de Jaime Bagattoli (PL-RO) e de Damares Alves (Republicanos-DF) tem a adesão de 70 senadores, segundo os autores.

Modificações

Ontem, o relator desse projeto, deputado Jadyel Alencar (Republicanos-PI), apresentou um novo texto. Ele cria uma autoridade nacional responsável por fiscalizar o cumprimento da legislação, que pode editar normas complementares. Essa autoridade seria responsável por aplicar sanções aos infratores, respeitando o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório.